



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2017**

MANHÃ

**Consultor Legislativo
(Área de Ciências Sociais e Políticas)**

TIPO 02

VERDE

Organizadora:



LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões de **01** a **13**.

O despreparo da geração mais preparada

A crença de que a felicidade é um direito tem tornado despreparada a geração mais preparada. Preparada do ponto de vista das habilidades, despreparada porque não sabe lidar com frustrações. Preparada porque é capaz de usar as ferramentas da tecnologia, despreparada porque despreza o esforço. Preparada porque conhece o mundo em viagens protegidas, despreparada porque desconhece a fragilidade da matéria da vida. E por tudo isso sofre, sofre muito, porque foi ensinada a acreditar que nasceu com o patrimônio da felicidade. E não foi ensinada ____ criar ____ partir da dor.

Há uma geração de classe média que estudou em bons colégios, é fluente em outras línguas, viajou para o exterior e teve acesso à cultura e à tecnologia. Uma geração que teve muito mais do que seus pais. Ao mesmo tempo, cresceu com a ilusão de que a vida é fácil. Ou que já nascem prontos – bastaria apenas que o mundo reconhecesse a sua genialidade.

Tenho me deparado com jovens que esperam ter no mercado de trabalho uma continuação de suas casas – onde o chefe seria um pai ou uma mãe complacente, que tudo concede. Foram ensinados a pensar que merecem, seja lá o que for que queiram. E quando isso não acontece – porque obviamente não acontece – sentem-se traídos, revoltam-se com a “injustiça” e boa parte se emburra e desiste.

Como esses estreantes na vida adulta foram crianças e adolescentes que ganharam tudo, sem ter de lutar por quase nada de relevante, desconhecem que a vida é construção – e para conquistar um espaço no mundo é preciso ralar muito. Com ética e honestidade – e não a cotoveladas ou aos gritos. Como seus pais não conseguiram dizer, é o mundo que anuncia a eles que: viver é para os insistentes.

Por que boa parte dessa nova geração é assim? Penso que este é um questionamento importante para quem está educando uma criança ou um adolescente hoje. Nossa época tem sido marcada pela ilusão de que a felicidade é uma espécie de direito. E tenho testemunhado a angústia de muitos pais para garantir que os filhos sejam “felizes”. Pais que fazem malabarismos para dar tudo aos filhos e protegê-los de todos os perrengues – sem esperar nenhuma responsabilização nem reciprocidade.

Nossa classe média parece desprezar o esforço. Prefere a genialidade. O valor está no dom, naquilo que já nasce pronto. Dizer que “fulano é esforçado” é quase uma ofensa. Ter de dar duro para conquistar algo parece já vir assinalado com o carimbo de perdedor. Bacana é o cara que não estudou, passou a noite na balada e foi aprovado no vestibular de Medicina. Este atesta a excelência dos genes de seus pais. Esforçar-se é, no máximo, coisa para os filhos da classe C, que ainda precisam assegurar seu lugar no país.

Da mesma forma que supostamente seria possível construir um lugar sem esforço, existe a crença não menos fantasiosa de que é possível viver sem sofrer. De que as dores inerentes a toda vida são uma anomalia e, como percebo em muitos jovens, uma espécie de traição ao futuro que deveria estar garantido. Pais e filhos têm pagado caro pela crença de que a felicidade é um direito. E a frustração um fracasso. Talvez aí esteja uma pista para compreender a geração do “eu mereço”.

(Eliane Brum. Disponível em: <http://www.portalraizes.com/28-2/>. Fragmento.)

01

De acordo com a opinião da autora, expressa no texto, a classe média a que se refere

- A) tem uma postura que foge dos padrões necessários ao desenvolvimento do ser humano em uma sociedade competitiva.
- B) é responsável por fatores de exclusão social que levam à grande diferença de ordem econômica que vive a sociedade atualmente.
- C) possui grande genialidade intrínseca, bastando apenas que a sociedade reconheça tal fato para que os benefícios advindos de tal reconhecimento sejam efetivados.
- D) vive um processo de decadência moral de modo que não consegue encontrar seu lugar no mercado de trabalho não tendo havido preparo para o exercício da carreira profissional escolhida.

02

Segundo a autora, a ideia de que a felicidade é um direito é

- A) acertada. B) plausível. C) equivocada. D) impreterível.

03

É correto concluir, a partir da leitura do texto, que a autora faz uma crítica

- A) à busca da felicidade como forma de vida, em harmonia com o semelhante na busca de seus ideais.
B) a uma nova geração de jovens brilhantes intelectualmente e responsáveis, mas que negam suas origens.
C) ao comportamento de determinada classe social cujas ações excluem valores morais responsáveis pelo desenvolvimento sadio e equilibrado mesmo diante das dificuldades.
D) à geração atual que despreza conceitos e valores morais vividos e ensinados por seus pais e preferem, por outro lado, viver um modelo imposto pela sociedade do consumo.

04

O trecho *“Nossa classe média parece desprezar o esforço. Prefere a genialidade.”* (6º§) permanece correto, alterando-se a pontuação empregada, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, em:

- A) Nossa classe média parece desprezar o esforço, prefere a genialidade.
B) Nossa classe média; parece desprezar o esforço, prefere a genialidade.
C) Nossa classe média, parece desprezar o esforço. Prefere a genialidade.
D) Nossa classe média – parece desprezar o esforço, prefere a genialidade.

05

No terceiro parágrafo do texto, é possível observar o emprego de alguns termos que fazem referência a um termo (expressão) já citado(a); estabelecendo uma relação entre orações diferentes e contribuindo, deste modo, para a coesão textual. Os termos destacados a seguir têm seu referente corretamente indicado em, EXCETO:

- A) *“sentem-se traídos, revoltam-se.”* / jovens
B) *“que tudo concede.”* / um pai ou uma mãe complacente
C) *“onde o chefe seria um pai ou uma mãe complacente”* / suas casas
D) *“E quando isso não acontece”* / que merecem, seja lá o que for que queiram

06

No primeiro parágrafo, há lacunas que devem ser preenchidas, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, com, respectivamente:

- A) a / a. B) a / à. C) à / a. D) à / à.

07

No primeiro parágrafo do texto, a autora utiliza como recurso para fazer o texto progredir, mantendo-se o fio discursivo, determinada sequenciação textual. Acerca desta atividade específica, pode-se afirmar que

- A) há uma recorrência de estruturas sintáticas com função persuasiva no texto.
B) o mesmo conteúdo semântico é apresentado sob formas estruturais diferentes.
C) a expressão *“por tudo isso”* introduz uma paráfrase empregada como recurso da coesão textual.
D) não há nenhum tipo de recorrência entre as orações do parágrafo, sendo de alta informatividade.

08

Em *“E por tudo isso sofre, sofre muito, porque foi ensinada a acreditar que nasceu com o patrimônio da felicidade.”* (1º§), acerca da repetição do termo *“sofre”* pode-se afirmar que

- A) por meio da recorrência do termo, é possível identificar a ironia com que a autora trata o assunto.
B) há alteração tanto de sentido quanto de classe gramatical entre a primeira ocorrência e a segunda.
C) a recorrência tem por objetivo persuadir o leitor a questionar sobre o sofrimento abordado no trecho em análise.
D) não há efeito de sentido idêntico nesta recorrência, a reiteração deste termo traz consigo o acréscimo de novas instruções de sentido.

09

No título do texto, a autora utiliza palavras que são formadas a partir de um mesmo radical “despreparo” e “preparada”. O prefixo empregado em uma delas possui o mesmo sentido expresso pelo destacado em:

- A) ateu, inativo. C) aversão, amovível.
B) decair, decrescer. D) adventício, contrasselar.

10

E quando isso não acontece – porque obviamente não acontece – sentem-se traídos, revoltam-se com a “injustiça” e boa parte se emburra e desiste. (3º§) No trecho destacado anteriormente, o uso de aspas tem por objetivo

- A) indicar a intercalação de uma indicação acessória no texto.
B) fazer sobressair um termo não peculiar à linguagem do enunciador.
C) realçar a ironia da autora em relação à desistência dos jovens diante dos obstáculos.
D) acentuar o valor significativo de acordo com o contexto em que o termo foi empregado.

11

Assim como em “Por que boa parte dessa nova geração é assim?” (5º§) o uso do “por que” está de acordo com a norma padrão da língua em:

- A) A reunião foi suspensa por que?
B) Esse é o motivo por que me atrasei.
C) Ninguém conhece o por que de tal decisão.
D) Não estarei presente por que já tenho um compromisso.

12

Assinale a opção que apresenta o grupo de palavras acentuadas de acordo com a mesma regra.

- A) é, colégios. C) média, fácil.
B) há, línguas. D) matéria, patrimônio.

13

No sexto parágrafo do texto, a autora afirma que “Dizer que ‘fulano é esforçado’ é quase uma ofensa.”. O termo “fulano” é tratamento vago e indeterminado, mas que – no texto – pode ser retomado e identificado como

- A) o filho da classe C. C) aquele que não tem privilégios.
B) o jovem da classe média. D) sujeito qualquer, sem importância.

14

Leia o texto a seguir.

Senhor Feudal

(Oswald de Andrade.)

Se Pedro Segundo
Vier aqui
Com história
Eu boto ele na cadeia.

(Poemas de Colonização. In Oswald de Andrade. Literatura comentada. São Paulo. Nova Cultural, s.d. p. 28.)

Considerando-se o texto de Oswald de Andrade e os conhecimentos acerca da variação linguística, assinale a afirmativa verdadeira.

- A) O autor condena, de forma crítica, o uso de variedade linguística de menor prestígio.
B) O uso que o autor faz da norma-padrão, no texto, busca efeitos que expressam ironia e crítica.
C) A linguagem empregada pelo autor, literária, não pode ser considerada sinônimo de norma-padrão.
D) A partir do emprego da variedade linguística utilizada no texto, é possível observar domínio precário da língua.

15

“Português é fácil de aprender porque é uma língua que se escreve exatamente como se fala.”

Pois é. U português é muinto fáciu di aprender, purqui é uma língua qui a genti iscrevi ixatamenti cumu si fala. Num é cumu inglês qui dá até vontadi di ri quando a genti descobri cumu é qui si iscrevi algumas palavras. Im português não. É só prestátenção. U alemão pur exemplu. Qué coisa mais doida? Num bate nada cum nada. Até nu espanhol qui é parecidu, si iscrevi muinto diferenti. Qui bom qui a minha língua é u português. Quem soubé falá sabi iscrevê.

(Jô Soares.)

Acerca do texto de Jô Soares, pode-se afirmar que

- A) a ideia expressa pelo autor denuncia o caráter de exclusão inerente da gramática normativa.
- B) há uma referência a duas modalidades diferentes da língua utilizando-se, para isso, humor ao registrar o código linguístico.
- C) a referência à variedade de menor prestígio da língua é identificada por meio do registro de construções e vocabulários específicos.
- D) o autor tem por objetivo demonstrar que a tradição trabalha com normas, diferentemente das gramáticas de funcionamento das línguas.

Texto para responder às questões de 16 a 20.

O menino de 13 anos que criou o Braille

Sistema permaneceu insuperável por 200 anos.

Aos 3 anos, *Louis* foi explorar a oficina de seu pai e, por acidente, machucou um dos olhos com uma navalha. A infecção atingiu ambos os olhos e, em poucos meses, o garoto estava completamente cego.

O drama era pior do que parece hoje. Na época, início do século 19, ser cego significava incapacidade para aprender, estudar e ganhar a vida. Ou seja: ele estava condenado a depender da família ou da caridade dos outros.

Porém, aos 7 anos, *Louis* já estava completamente familiarizado com a nova vida. Era tão esperto e interessado que chamou a atenção do professor da escola local que, contrariando o pensamento dominante (de que não valia a pena ensinar cegos), admitiu-o em uma das classes.

Em pouco tempo, *Louis* se transformou em um dos melhores alunos da escola. Surpresos com o potencial, pai e professor tiveram a ideia de enviá-lo para uma escola destinada a crianças cegas em Paris – a primeira no mundo especializada na deficiência.

Assim, aos 10 anos, o garoto estava matriculado no *L’Institut Royal des Enfants Aveugles*. Foi ali que *Louis* aperfeiçoou o sistema vigente de leitura para cegos e, aos 13 anos, apresentou sua própria criação: o Método *Braille*. Em algumas décadas, o sistema foi adotado oficialmente em todo o mundo.

Apenas recentemente, com o surgimento de aplicativos como *Be My Eyes*, *smart glasses* e assistentes digitais como Siri e Alexa, os deficientes visuais estão tendo acesso à cultura e informação sem a necessidade do método criado há quase 2 séculos por um menino de 13 anos.

(Carlos Domingos, 21 nov. 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/blog/oportunidades-disfarcadas/o-menino-de-13-anos-que-criou-o-braille/>.)

16

Depreende-se do texto que

- A) a situação vivida pelo menino *Louis*, aos 3 anos, não pode ser observada em proporções reais em relação à sua gravidade devido à ausência de recursos tecnológicos.
- B) a intervenção externa e uma reação pessoal atuaram como facilitadores no processo de reconstrução da aprendizagem e desenvolvimento cognitivo do menino que havia se tornado cego.
- C) pode-se reconhecer que a exclusão em virtude de determinada deficiência mantém-se, na atualidade, assim como nos séculos passados apesar do desenvolvimento científico e tecnológico.
- D) as dificuldades advindas da deficiência adquirida por meio de um acidente não puderam ser concretizadas de fato na vida do menino citado no texto devido a determinadas características que o diferenciavam, confirmando as expectativas.

17

Tendo em vista aspectos sintáticos da língua, pode-se afirmar que em “[...] os deficientes visuais estão tendo acesso à cultura e informação sem a necessidade do método criado há quase 2 séculos por um menino de 13 anos.” (6º§) é possível observar

- A) o predicado nominal, já que existe verbo de ligação seguido de predicativo do sujeito.
- B) ocorrência de oração sem sujeito trazendo verbo impessoal que se apresenta na terceira pessoa do singular.
- C) a ocorrência de um sujeito hipotético em “há quase 2 séculos” que retoma informações do período anterior.
- D) que em “estão tendo”, o verbo impessoal acompanhado de auxiliar transmite a este sua impessoalidade, motivo de haver oração sem sujeito.

18

De acordo com o emprego das palavras/expressões destacadas, assinale a opção em que a substituição sugerida provocaria INCORREÇÃO gramatical ou alteração do sentido expresso originalmente no texto.

- A) “Louis se transformou em um dos melhores alunos da escola.” (4º§) / tornou um
- B) “[...] os deficientes visuais estão tendo acesso à cultura [...]” (6º§) / passaram a ter
- C) “Porém, aos 7 anos, Louis já estava completamente familiarizado com a nova vida.” (3º§) / Todavia
- D) “Era tão esperto e interessado que chamou a atenção do professor da escola local [...]” (3º§) / Fosse

19

Leia: “Em algumas décadas, o sistema foi adotado oficialmente em todo o mundo.” (5º§) A frase destacada ilustra uma formação típica de voz verbal cuja construção permite a omissão do agente podendo ser expressa por meio da formulação:

- A) Em algumas décadas, o mundo adotou oficialmente o sistema.
- B) Em algumas décadas, adotou-se o sistema oficialmente em todo o mundo.
- C) Em todo o mundo, adotaram-se em algumas décadas o sistema oficialmente.
- D) O sistema que se adotou oficialmente em todo o mundo, em algumas décadas.

20

O último parágrafo do texto é introduzido por expressão que demonstra

- A) a preocupação da sociedade atual em eliminar lacunas antigas na assistência aos deficientes visuais.
- B) o processo de ampliação de suportes específicos para atender com eficiência pessoas portadoras de necessidades especiais.
- C) o descaso com os deficientes visuais, visto que as tecnologias implementadas na atualidade passaram por um longo processo até serem disponibilizadas para o público a que se destina.
- D) que o enunciador, de forma implícita, considera que há um longo período entre a criação de novas tecnologias e o método citado durante todo o texto para a leitura dos deficientes visuais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21

Para Avritzer, os teóricos da democracia apresentam, ainda que de forma implícita, uma dicotomia entre a prática democrática e o processo deliberativo. Autores clássicos privilegiavam o aspecto decisório ao tratar do processo deliberativo. A ideia de que “uma vez aferida a vontade da maioria, a vontade perdedora nada mais representaria do que um erro” representa o pensamento de:

- A) Cohen.
- B) Bohman.
- C) Rousseau.
- D) Habermas.

22

“No ensaio ‘Ciência como vocação’, _____ expressa o ceticismo do início do século XX em relação à democracia. O teórico social destaca a questão da pluralização cultural e da complexidade administrativa que entrariam em choque com modelos de participação e argumentação.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) Downs
- B) Rousseau
- C) Max Weber
- D) Schumpeter

23

Pode-se atribuir a *Schumpeter*, por volta da década de 40, as primeiras análises do processo democrático em face da sociedade de massas. Para o teórico, o papel do processo argumentativo, na formação da vontade geral,

- A) deveria ser o elemento central da democracia.
- B) seria facilitado pelos meios de comunicação em massa.
- C) demonstrava que os indivíduos tomam decisões racionais.
- D) representava uma utopia, isto é, não passava de mera ficção.

24

Sobre a literatura essencial à compreensão da evolução da teoria democrática mais argumentativa, pode-se afirmar que “Uma teoria da Justiça” e “O liberalismo político” demonstram

- A) uma evolução do pensamento de *Rawls*, autor de ambas as obras.
- B) que, embora escritos por autores distintos, as ideias centrais eram coincidentes.
- C) uma contradição entre *Rawls*, autor da primeira obra, e *Habermas*, autor da segunda.
- D) que os teóricos modernos abandonaram a possibilidade de democracias deliberativas.

25

Considerando o pensamento de *Habermas*, a ideia de um espaço para as deliberações políticas

- A) representa a aferição da vontade do Estado.
- B) só seria possível dentro da estrutura do próprio Estado.
- C) prescinde de um processo cooperativo de interpretação.
- D) representa o que o autor denomina como esfera pública.

26

Diversas são as definições sobre o que é política pública, não existindo, portanto, um conceito uníssono. Dentre os teóricos de destaque nesse campo de estudo, pode-se afirmar que *Laswell* define políticas públicas como:

- A) “O que o governo escolhe fazer ou não fazer.”
- B) “Responder à questão: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.”
- C) “Soma das atividades dos governos e que influenciam a vida dos cidadãos.”
- D) “Campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.”

27

Um modelo de construção de políticas públicas afirma que a compreensão do problema e das soluções é limitada, e as organizações operam em um sistema de tentativa e erro. Em síntese, o modelo defende que “soluções procuram por problemas”. Este importante conceito, trazido na década de 70 por *Cohen*, *March* e *Olsen*, denomina-se:

- A) *garbage can* (“lata de lixo”).
- B) *policy makers* (“decisores de política”).
- C) *multiple streams* (“múltiplas correntes”).
- D) *advocacy coalition* (“coalisão de defesa”).

28

Considerando os pilares teóricos na área das políticas públicas, a introdução da expressão *policy analysis* (análise de política pública) é atribuída a:

- A) *Simon*.
- B) *Easton*.
- C) *Laswell*.
- D) *Lindblom*.

29

Baseado no critério de “impacto esperado na sociedade”, *Lowi* classifica quatro tipos de políticas públicas; assinale-as.

- A) Real; simbólica; política; e, sem sentido.
- B) Operatória; sala de reuniões; audiência; e, baixo calão.
- C) Regulatórias; distributivas; redistributivas; e, constitutivas.
- D) Majoritária; empreendedora; clientelista; e, grupo de interesse.

30

Considerando que as políticas públicas podem ter custos difusos ou concentrados e benefícios difusos ou concentrados, uma política de aumento de impostos, para financiar a saúde pública, classifica-se como:

- A) Custos difusos, benefícios difusos.
- B) Custos concentrados, benefícios difusos.
- C) Custos difusos, benefícios concentrados.
- D) Custos concentrados, benefícios concentrados.

31

“Ruth Rocha, escritora brasileira, consagrou-se no campo da literatura infanto-juvenil. Em um de seus textos a autora faz uma crítica velada ao modelo tradicional de educação. Veja o trecho: ‘Eu ia pra escola todos os dias de manhã e quando chegava, logo, logo, eu tinha que me meter no vidro. É, no vidro! Cada menino ou menina tinha um vidro e o vidro não dependia do tamanho de cada um, não! O vidro dependia da classe em que a gente estudava. Se você estava no primeiro ano ganhava um vidro de um tamanho. Se você fosse do segundo ano seu vidro era um pouquinho maior. E, assim, os vidros iam crescendo à medida que você ia passando de ano. Se não passasse de ano era um horror. Você tinha que usar o mesmo vidro do ano passado. Coubesse ou não coubesse’.”

(ROCHA, Ruth. *Este admirável mundo novo*. Conto: *Quando a escola é de vidro*.)

Baseado nos conhecimentos sobre educação no Brasil e o modelo de ensino tradicional, assinale a afirmativa que **NÃO** se coaduna com a ideia implícita no texto.

- A) O modelo de ensino tradicional despreza o fato de que cada criança tem seu tempo e modo de aprender.
- B) O ensino tradicional apresentava-se como um modelo frágil, por isso não foi acolhido como modelo no Brasil.
- C) O modelo de repetência, em que o aluno estuda de novo a mesma matéria, desestimula e desmotiva o aluno.
- D) O vidro pode representar a barreira de comunicação entre professor e aluno no processo de ensino tradicional.

32

Baseado no senso crítico e conhecimento relativo aos partidos políticos no Brasil, a atual tendência de substituir siglas por “*slogans*” demonstra uma preocupação com

- A) a assimetria informacional, já que o cidadão comum não sabe o que as siglas significam.
- B) o cenário internacional, acompanhando as mudanças semelhantes que aconteceram em todo o Mercosul.
- C) ideologias completamente distintas das anteriores, por meio de reformas estruturais dos partidos políticos.
- D) o desgaste da representação político-partidária, reflexo dos diversos casos de corrupção noticiados na mídia.

33

No que tange à representação política, *Lijphart* (2003) classifica as democracias contemporâneas em dois modelos: majoritário e consensual. Para tanto, o teórico constrói dois eixos: um relativo à dimensão executivo/partidos e o outro quanto à dimensão federalismo/unitarismo. Baseado nesse esquema analítico, é correto afirmar que o modelo

- A) consensual, quanto ao sistema partidário, é bipartidário.
- B) consensual, quanto a grupos de interesse, é corporativista.
- C) majoritário, quanto à forma de estado, é caracterizado pelo federalismo.
- D) majoritário, quanto ao poder executivo, é caracterizado por grandes coalizões.

34

Janete Luzia Leite, doutora em Serviço Social pela UFRJ, ao analisar o cenário de políticas sociais no Brasil, destaca que “Nenhum dos programas que, hoje, está em voga, oferece qualquer porta de saída. Apresentar esse tipo de solução como algo mais que emergencial, não é apenas um equívoco. É muito mais que isso: é uma orientação política de natureza claramente ideológica. Dá-se aos pobres o seu lugar para conservá-los como tais”.

Baseado nos conhecimentos sobre políticas sociais, poder e dominação, assinale a afirmativa que **NÃO** se coaduna com a ideia implícita no texto.

- A) A autora ressalta que o governo não tem interesse em políticas sociais que emancipam o indivíduo.
- B) A autora apresenta uma crítica à formulação de políticas sociais de caráter puramente assistencialista.
- C) O Bolsa Família é, nitidamente, um programa emancipador, figurando-se como exceção ao que a autora critica.
- D) Políticas sociais assistencialistas devem ser aplicadas em caráter paliativo e não como solução para os problemas.

35

Dos mecanismos de participação popular mais utilizados no mundo, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 14, elenca apenas:

- A) Plebiscito, referendo e iniciativa popular.
- B) Iniciativa popular, veto popular e plebiscito.
- C) Conselhos, fóruns e orçamento participativo.
- D) Referendo, plebiscito e orçamento participativo.

36

Observe os trechos a seguir, transcritos do texto “Política de Cotas no Brasil: política social?”, de Janete Luzia Leite da UFRJ:

“O negro, doravante, não mais pertence à parcela dos explorados pelo capital – portanto, ‘igual’ a todos aqueles pertencentes à classe trabalhadora –, mas descola-se dos trabalhadores, para se tornar ‘merecedor’ de políticas de exceção, porque é ‘diferente’ dos demais.” [...] “É notória a existência de desigualdades a serem enfrentadas pelos negros que, nesta sociedade, possuem – na média geral – menos escolaridade, salário, saúde, emprego e moradia que os brancos e asiáticos.”

Baseado nos conhecimentos sobre políticas afirmativas e organização de interesses minoritários, assinale a afirmativa que se coaduna com a ideia expressa pela autora.

- A) A condição social do negro no Brasil é igual a de qualquer indivíduo que vive em precárias condições socioeconômicas.
- B) As políticas de cotas são suficientes para combater o preconceito e a discriminação que atingem a população negra brasileira.
- C) Fragmentar o interesse das minorias, reforçando estereótipos de “inferioridade”, é a melhor forma de combater as desigualdades sociais.
- D) As políticas de cotas não resolvem o problema estrutural que é a falta de políticas públicas para emancipação do indivíduo no sistema capitalista.

37

“O Tribunal de Contas da União, visando um alinhamento conceitual, definiu _____ como ‘os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade’.” (TCU, 2014.)

Baseado nos conhecimentos sobre modernização do Estado, assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- | | |
|-------------------|-----------------------------|
| A) ouvidoria | C) governança pública |
| B) neoliberalismo | D) parceria público-privada |

38

A ideia de transparência e de que os membros das organizações e da administração pública são os responsáveis por prestar contas de sua atuação e devem assumir, integralmente, as consequências de seus atos e omissões denomina-se

- | | |
|----------------------------|-------------------------------|
| A) eficiência. | C) gestão de riscos. |
| B) <i>accountability</i> . | D) estratégia organizacional. |

39

Quanto ao tema ação coletiva e novos atores sociais, a ação estratégica é importante para que os movimentos sociais sejam reconhecidos como atores políticos e incluídos na esfera política. A teoria comunitarista sobre movimentos sociais tem como defensor:

- | | | | |
|------------|------------|-------------|--------------|
| A) Fraser. | B) Walzer. | C) Honneth. | D) Benhabib. |
|------------|------------|-------------|--------------|

40

As teorias da identidade coletiva e do reconhecimento defendem que “o caráter crítico e autorreflexivo dos grupos não se encontra ‘pronto’, mas se constitui nas relações intersubjetivas, num processo dinâmico”, diversamente do que defendem os autores da teoria da mobilização política. Destaca-se como autor da primeira corrente de pensamento apresentada:

- | | | | |
|----------|-----------|------------|------------|
| A) Ryan. | B) Cohen. | C) Gamson. | D) McAdam. |
|----------|-----------|------------|------------|

41

Simões (2013) propõe um resgate do “processo de instituição dos direitos sociais no contexto da história europeia dos direitos fundamentais – integralidade e indivisibilidade” e, ao longo de sua exposição, levanta questões e faz constatações relacionadas à instituição desses direitos, sua relação com os direitos de cidadania, passando pela realidade brasileira com suas especificidades. Usando os subsídios teóricos nos quais se apoia, o autor faz uma constatação sobre a conexão dos direitos sociais com os individuais. Qual é a constatação?

- A) Eles se negam e se excluem mutuamente.
- B) Tanto no caso das conquistas de direitos sociais quanto dos direitos individuais constata-se processos sem rupturas.
- C) Não há conexão entre os direitos sociais e os individuais, pois o que se observa, no caso brasileiro é, somente, retrocesso institucional e perda de direitos de cidadania.
- D) Uma conexão que apresenta duas dimensões, sendo uma histórica – resultante dos conflitos sociais promovidos pela revolução industrial (esses direitos asseguraram condições de organização dos trabalhadores para a conquista, entre outros, do direito de greve e de liberdade de associação) e outra lógico-categorial – direitos sociais emergiram na ordem jurídico-constitucional como requisito institucional da eficácia dos direitos civis e políticos, especialmente do direito de igualdade e, sobretudo, de realização da própria cidadania.

42

A respeito da perspectiva “Universalista” dos Direitos Humanos, segundo Melo (2010), suas origens se fundamentam, EXCETO:

- A) Na racionalidade ocidental.
- B) Nos ideais da moralidade cristã.
- C) Com o Renascimento e o Iluminismo.
- D) Com os pactos firmados no século XX.

43

Nunes (2007), discorrendo sobre “uma breve história da (in) visibilidade do abandono de crianças e adolescentes brasileiros”, afirma que há os seguintes limites para a atuação dos conselhos tutelares, na perspectiva de proteção integral, EXCETO:

- A) Insuficiente rede pública de atendimento, sobretudo nas áreas de saúde, assistência e educação, em razão do crescente desinvestimento social e da fragmentação e pulverização de programas e ações governamentais e não governamentais.
- B) Os conselheiros tutelares não se dispõem a investir em sua própria formação e qualificação teórica, ainda que haja um esforço por parte da maioria das prefeituras – responsáveis pela estrutura e infraestrutura de funcionamento dos conselhos tutelares.
- C) Incapacidade de atuar numa normatividade democrática de garantia e elegibilidade de direitos que necessariamente articula a prestação de serviços públicos com a internalização de novos valores referentes à apreensão da criança como sujeito que, de fato, tem direitos.
- D) Há, ainda, a conservação de pressupostos dos antigos códigos, ordenados dentro da lógica da “vitimização” e criminalização da pobreza – tradição política autoritária, que penetra nas redes de atendimento, nas percepções, valores e sentidos que atravessam estas redes.

44

Com fundamento na Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e no parágrafo 8º do art. 226 da Constituição Federal, a Lei nº 11.340 de 07/08/2006 (Lei Maria da Penha) criou procedimentos e juizados especiais de competência cível e criminal, para coibir a violência doméstica e familiar. Entre as novas definições estão, EXCETO:

- A) Vedou a entrega da intimação do agressor pela própria agredida.
- B) Tornou possível a desistência do processo, pela mulher, na delegacia, dispensando que o mesmo seja feito perante o juiz.
- C) Possibilitou a prisão em flagrante e alterou o Código de Processo Penal, para possibilitar ao juiz, a decretação de prisão preventiva do agressor, se houver riscos à integridade física ou psicológica da agredida.
- D) Retirou dos juizados especiais criminais a competência para julgar esses crimes, excluindo de sua punição as penas pecuniárias (como cesta básica e multa), aumentando a pena de prisão para três meses a três anos e agravando-a de um terço se mulher com deficiência.

45

Segundo Simões (2013), “a instituição dos direitos fundamentais no contexto mundial tem sido tradicionalmente concebida por uma sucessão de fases ou gerações em que foram conquistados”. Entretanto, afirma, para um autor, que a concepção geracional é inadequada, pois sugere uma sucessão cronológica de novos direitos, em um processo evolucionista de caducidade dos anteriores. Tal autor propõe a expressão “dimensão” como mais apropriada. Qual é este autor?

A) MARX, Karl.

B) MARSHALL, T.H.

C) BONAVIDES, Paulo.

D) TRINDADE, José Damião de Lima.

46

Simões (2010) afirma que “no âmbito do relacionamento internacional está clara a desigualdade entre os Estados”. O mesmo autor questiona: “Como conciliar essa desigualdade com a universalidade dos direitos humanos?”

A) Por meio da imposição dos direitos nacionais de um país a outro, em nome da defesa desses direitos e da democracia.

B) Não é do interesse da comunidade internacional o processo de internacionalização dos direitos humanos, pois sua proteção deve reduzir-se à competência nacional exclusiva. O Estado é o centro absoluto e não a pessoa.

C) Os cidadãos modernamente fazem parte da humanidade, envolvidos, diariamente, em relações internacionais, em todos os campos, o que lhes dá o sentimento nacional de pertencimento universal, igualando, também, os Estados e tornando-os semelhantes sob todos os aspectos (econômico, social, político,...).

D) No mundo atual, desenvolveu-se um sistema normativo internacional e sistemas regionais interligados, baseados na natureza universal e indivisível dos direitos humanos, fundados na pessoa concebida como um fim em si mesmo e, portanto, centrada no valor fundamental da dignidade. Esse valor assenta na condição humana, como requisito único e exclusivo da titularidade desses direitos.

47

“Quanto ao Direito do Refugiado, fundamental foi a implementação, em 1950, do _____, através da resolução da Assembleia Geral da ONU, de número 428. Trata-se da agência que se ocuparia da _____, com o objetivo de _____. Complementando, adotada em 28 de julho de 1951, a _____, no âmbito da _____, promovida pelas Nações Unidas, que definia a condição de refugiado e as devidas ações para lidar com sua situação juridicamente. Em 1984, outro marco é a _____, que amplia o conceito de refugiado, incluindo _____. O Brasil está em consonância com tais disposições, em especial no disposto no artigo 4º, incisos II e X da Constituição Federal, onde _____. Em complemento à Constituição, merece destaque a Lei nº 9.474/97, dedicada a _____ em meio ao ordenamento jurídico nacional.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente as afirmativas anteriores.

A) Comitê das Nações Unidas para os Refugiados / proteção jurídica internacional dos refugiados / buscar soluções rápidas e eficazes, ainda que involuntariamente / Convenção para os Refugiados / Conferência sobre os Refugiados / Declaração de Málaga / suas famílias e descendentes até a terceira geração / preocupação com a educação dos refugiados é externada / definir ações para garantia dos direitos dos refugiados

B) Comitê das Nações Unidas para os Refugiados / expatriação dos refugiados / buscar soluções rápidas e eficazes / Declaração dos Refugiados / Conferência sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas / Declaração de Cartagena / os que fogem das guerras / a preocupação com o asilo do refugiado é externada, bem como o respeito aos Direitos Humanos / garantir a efetivação dos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948

C) Alto Comissariado das Nações Unidas para o Refugiado – ACNUR / expatriação dos refugiados / dar soluções imediatas aos indivíduos, mesmo que para tal seja necessário induzir uma repatriação / Declaração dos Refugiados / Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados / Declaração de Cartagena / os que fogem das guerras / a saúde dos refugiados é externada / definir mecanismos de implementação do Estatuto dos Refugiados de 1948

D) Alto Comissariado das Nações Unidas para o Refugiado – ACNUR / proteção jurídica internacional aos refugiados / buscar soluções duradouras para a condição destes indivíduos, criando a possibilidade de uma repatriação voluntária, que sob qualquer aspecto não pode se dar forçosamente / Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados / Conferência sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas / Declaração de Cartagena / aqueles que fogem da violência generalizada em suas regiões, conflitos, desrespeito aos preceitos básicos de Direitos Humanos e outras condições similares / preocupação com o asilo do refugiado é externada, bem como o respeito aos Direitos Humanos / definir os mecanismos de implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951

48

Pode-se considerar, nos termos de Simões (2013), que convenções como o “Pacto dos Direitos Civis e Políticos” e o dos “Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966”, a “Convenção Europeia dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais”, a “Convenção Americana dos Direitos Humanos” e a “Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos” se constituem em, EXCETO:

- A) Pactos, convenções e documentos com pouca importância histórica no desenvolvimento e na instituição da universalidade de direitos internacionais e nacionais.
- B) Convenções internacionais resultantes da necessidade de aperfeiçoamento das normas da ONU, sua clareza e precisão, seja em relação aos direitos, seja nas obrigações dos Estados-membros.
- C) Formas de se estabelecer mecanismos de controle de execução interna e da instituição de procedimentos e órgãos internacionais, que permitiram reagir crescentemente contra violações de direitos.
- D) Consequência de reivindicações de relações baseadas nos direitos humanos, visto que, com os processos de descolonização, o conflito entre os povos oprimidos, desfavorecidos, vítimas de arbitrariedades, discriminação e exploração econômica, contra os sistemas nacionais e internacionais de opressão se mostraram mais evidentes.

49

Silva e Silva (2009), em “Adolescentes em Conflito com a Lei no Brasil: Direitos (Des) Humanos?”, afirmam que, em geral, as ações direcionadas para crianças e adolescentes brasileiros sempre foram marcadas por três traços importantes. Assinale o INCORRETO.

- A) Classista.
- B) Repressão.
- C) Institucionalização.
- D) Proteção excessiva.

50

A respeito do problema da universalidade (dos direitos) e da concepção abstrata da cidadania e dos direitos civis e políticos, debatendo-se com as diversidades nacionais e suas diferentes modalidades de realização (ordenamentos jurídicos dos Estados nacionais) e de como se fundamentar uma concepção universal desses direitos, vinculando-se à superação das desigualdades entre os Estados (seus regimes jurídicos internos e soberania), o que ainda se tem (em parte) são, segundo Simões (2013):

- A) Concepções de direitos humanos voltadas para os indivíduos.
- B) Direitos que respondem efetivamente às realidades nacionais dos Estados.
- C) Direitos formulados abstratamente, de natureza meramente programática.
- D) Pequenos índices de situações internacionais de desrespeito aos direitos humanos.

51

Couto, Yazbek e Raichelis (2010) afirmam que a literatura especializada sobre políticas sociais no Brasil “evidencia que historicamente, estas políticas se caracterizam por sua pouca efetividade social e por sua subordinação a interesses econômicos dominantes, revelando incapacidade de interferir no perfil de desigualdade e pobreza que caracteriza a sociedade brasileira. No quadro da Assistência Social é ainda mais grave”. Prosseguem assegurando que, com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – 1993), têm-se um novo “desenho institucional” para a assistência social, afirmando seu caráter de direito não contributivo, apontando a necessária integração entre o econômico e o social, colocando a centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos e de acessos a serviços, com a participação da população. Na perspectiva da materialização das diretrizes da LOAS e dos princípios da Constituição de 1988, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS – 2004 insere a Assistência Social no Sistema de Proteção Social Brasileiro no campo da:

- A) Política Social.
- B) Seguridade Social.
- C) Previdência Social.
- D) Saúde do Trabalhador.

52

A implantação da Política Nacional de Assistência Social tem como objetivo assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na:

- A) Família.
- B) Equidade.
- C) Cidadania.
- D) Comunidade.

- I. Expressam os direitos, suas conquistas e a plena realização da cidadania.
- II. Expressam a concepção política das desigualdades sociais, o mundo da cultura e dos valores ético-constitucionais e não o problema da pobreza como objeto de medidas tecnocráticas de especialistas em programas sociais, como soluções do discurso técnico a ser gerenciado.
- III. Trazem à tona o discurso da igualdade, de cidadãos como sujeitos ativos e participantes, em uma linguagem pela qual elaboram politicamente suas diferenças porque ao reafirmarem o pacto social, assentam-na no valor da justiça social e da dignidade, o que pressupõe, não a política como consenso, mas da resolução dos conflitos entre a distância da promessa da lei e a realidade das desigualdades, colocando à prova os princípios universais da cidadania, justamente o terreno onde se dá esse conflito.
- IV. Expressam diversidades, trazendo à tona o próprio discurso clássico que divulgou as ideias de igualdade, liberdade e fraternidade, colocando uma problemática comum, cuja inefetividade expressa a omissão de sua colocação nas mediações políticas entre o mundo social e as esferas públicas, de modo que os conflitos e dissensos não sejam explicitados, mas ocultados.

A) I, II, III e IV. B) I e IV, apenas. C) II e III, apenas. D) I, II e III, apenas.

54

- I.** A pobreza se mantém restrita aos “países do sul” – que não se inscrevem entre os desenvolvidos.
- II.** Enxugamento do Estado, diminuindo gastos com programas e serviços públicos de atendimento a necessidades como saúde, educação, habitação, previdência (etc), que passam para a iniciativa privada ou para a filantropia.
- III.** Miséria material e espiritual.
- IV.** Desproteção social e insegurança generalizadas, fragilizando a saúde, gerando formas de violência inimagináveis.
- V.** Refluxo da organização política dos trabalhadores, rebatendo nos movimentos e reproduzindo uma descrença generalizada na política.
- VI.** Políticas de criminalização da pobreza, culpabilização dos pobres por sua situação social, caminhando lado a lado com a naturalização da pobreza e da “tolerância zero”: segregação dos que “a priori” são culpados – negros, imigrantes, homossexuais, usuários de drogas, os “diferentes”.
- VII.** Cultura de desigualdade e violência para os direitos humanos, se mostrando na intolerância religiosa, limpezas étnicas, genocídios, estupro coletivo, crimes por ódio discriminatório.
- VIII.** Ganha vigor a defesa dos direitos humanos que, sob a acusação de “defesa de bandidos”, oferece aos profissionais e militantes que defendem as populações segregadas socialmente, mais legitimidade nos espaços de lutas.

A) I, V e VI. C) I, II, III, IV e V.
B) II, III e VII. D) I, II, III, V, VI, VII e VIII.

55

Entre as dimensões da Política Nacional de Assistência Social – PNAS – estão a “intersectorialidade”, a ampliação dos “usuários” da política, a “abordagem territorial” como base de organização do sistema de proteção básica ou especial, entre outras. A respeito dos usuários da Política de Assistência Social, Couto, Raichelis, Silva e Yasbek (2009) apresentam algumas problematizações que devem ser debatidas. Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Debate muito difundido do conceito de classe social. Como o trabalho assalariado continua ocupando o lugar de proteção, agora também ocupado pela Assistência Social, há “confusões” conceituais a serem observadas.
- B) Necessidade de romper com estigma de desorganizada, despolitizada e disponível para manobras eleitorais que é comumente apresentado à população que, tradicionalmente, aciona os serviços da política de Assistência Social.
- C) Conceitos de vulnerabilidade e de risco social, que não são adjetivos da condição do usuário e, sim, produtos da desigualdade inerente ao sistema capitalista e que, portanto, requerem intervenção para além do campo das políticas sociais.
- D) Herança conservadora da identidade dos usuários das políticas assistenciais, com denominações que os destituem da condição de cidadão, de sujeito de direitos. A incorporação do conceito de subalternidade como parâmetro quase universal implica em uma difícil quebra de paradigma.

56

Couto, Raichelis, Silva e Yasbek (2009), ao tratarem da abordagem territorial da política de Assistência Social, elencam questões consideradas importantes. A primeira relaciona-se às ações que reforçam os “territórios homogêneos de pobreza”, a segunda diz respeito às “vulnerabilidades sociais” dos usuários e a terceira refere-se às “noções de risco e vulnerabilidade social”. No que diz respeito à segunda questão, são consideradas vulnerabilidades que não têm origem na dinâmica social, EXCETO:

- A) Decorrentes da falta de uma política de educação.
- B) Decorrentes da precarização e da insegurança do trabalho.
- C) Decorrentes do enfraquecimento das instituições de proteção social.
- D) Decorrentes dos rumos da política econômica e de suas desvinculações da política social.

57

Em 2006, ano em que o Estatuto da Criança e do Adolescente completou 16 anos, o Governo Federal, através da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, criou o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, que tem como objetivo central “frear o crescente número de medidas socioeducativas que privilegiam a internação” e trabalhar para “incentivar, através da esfera federal, os governos estaduais e municipais a apoiarem a descentralização das medidas de meio aberto”. São princípios básicos da implantação do Sistema: fazer cumprir a disposição dos artigos 227 da Constituição Federal e o 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente. Neste sentido, o marco legal se baseia, segundo Silva e Silva (2009), em, EXCETO:

- A) Respeito aos direitos.
- B) Responsabilidade solidária da família, da sociedade e do Estado.
- C) Prerrogativa da responsabilização penal dos adolescentes a partir de 14 anos.
- D) Visão de que o adolescente é um ser humano em situação peculiar de desenvolvimento, sujeito de direitos e responsabilidades.

58

“O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é uma _____ da _____ onde são atendidas famílias e pessoas que estão _____ ou _____, que _____.”

- I. política pública / assistência social / vulneráveis / precisam de encaminhamento para o mercado de trabalho / não tem especialidade e se volta para diversos campos de atuação
- II. unidade pública / política de assistência social / em situação de risco social / tiveram seus direitos violados / aglutina ou mobiliza os serviços especializados de média complexidade
- III. unidade de política pública / assistência social / necessitando de direcionamento / estão com laços rompidos / se volta para a atenção básica

A(s) alternativa(s) que completa(m) correta e sequencialmente a(s) afirmativa(s) anterior(es) é(são)

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e III.

59

Freire (2009), no artigo “Mídia, Violência e Questão Social: a pedagogia do capital”, como parte das análises construídas no observatório de Direitos Humanos do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC) do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tem como referência “o fato de que a mídia contribui para a divulgação e consequente construção de consensos de diversas representações sociais sobre violência [...]”. Ao longo de sua exposição, Freire se apoia em outros autores para detalhar “Mídia, Violência e Formas de Enfrentamento da Questão Social”. Citando Marilena Chauí (2006), adverte sobre a mídia:

- I. Ao identificar socialmente a violência como obra do bandido, mantém a separação entre “nós brasileiros de bem” e “eles”, reforçando a ideia de que a violência se localiza em determinados grupos sociais.
- II. Relaciona as questões éticas, políticas e as desigualdades sociais com a violência de forma distinta, não as considerando como forma de violência, mas, sim, elementos que demonstram a fragilidade das instituições para o enfrentamento da mesma.

Neste sentido, a imprensa configura-se, cada vez mais, como “parceira poderosa” do:

- | | |
|--------------------|-------------------------|
| A) Estado Penal. | C) Estado Conservador. |
| B) Estado Liberal. | D) Estado de Bem-Estar. |

60

Na pesquisa intitulada: “Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais – desafios e perspectivas de uma realidade em movimento”, Yasbek [et al.] (2010) constatam, em relação à rede socioassistencial, que:

- A) Faz parte dos pactos federativos dicotomizar a rede socioassistencial em pública e privada.
- B) No discurso dos entrevistados, a referência é via de regra às redes públicas e privadas como instâncias dissociadas.
- C) Não há mecanismos legalmente regulados para os padrões de funcionamento e de custos de serviços, bem como para estabelecimento de convênios.
- D) Não há possibilidade, na constituição do SUAS, de prestação de serviço socioassistencial pela rede privada, visto que é dever do Estado garantir esse serviço.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de 2 (dois) pareceres.
- A resposta à prova discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica indelével de corpo transparente, de ponta grossa e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- Deverão ser observados o limite mínimo 20 (vinte) linhas e, no máximo, 25 (vinte e cinco) linhas: 50 (cinquenta) pontos, sendo 25 (vinte e cinco) pontos por parecer.
- Será atribuída nota ZERO à questão que: não observar as orientações presentes no caderno de questões; contiver identificação fora do local apropriado; estiver em branco; desenvolver o texto fora do tema solicitado ou elaborar peça inadequada para a solução do problema proposto; apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; e, apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.
- Para efeito de avaliação de cada questão da Prova Discursiva (Elaboração de Parecer) serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

DIMENSÃO CONCEITUAL	VALOR TOTAL	PONTOS A DESCONTAR POR ERRO
Adequação ao tema - 2,00	4,00	Parcial - 1,00
Adequação ao gênero - 2,00		Parcial - 1,00
Pertinência do parecer ao tema proposto - 4,00	4,00	Parcial - 2,00 Total - 4,00
Continuidade (C) e articulação (A) de idéias - 3,00	3,00	C - 1,00 A - 1,00
AR - Argumentação e coerência cativa com o tema proposto e o texto dado ao parecer - 4,00	4,00	AR - 1,00
TOTAL		15,00

DIMENSÃO FORMAL	VALOR TOTAL	PONTOS A DESCONTAR POR ERRO
EP - Estruturação de períodos	2,00	EP - 1,00 PV - 0,50 MS - 1,00 P - 0,50 O - 0,50
PV - Propriedade vocabular	1,00	
MS - Morfossintaxe (regência, concordância, emprego de crase e colocação pronominal)	3,00	
P - Pontuação	2,00	
O - Ortografia e acentuação gráfica	2,00	
TOTAL		10,00

As seguintes informações contextualizam os pareceres. Leia-as atentamente.

Na condição de Consultor Legislativo da CMBH, considere que o seguinte projeto de lei tenha sido apresentado à sua análise:

“PROJETO DE LEI N. XYZ/2018

Iniciativa: Poder Executivo

Ementa: Dispõe sobre a criação de conselhos de participação social para fomentar a democracia deliberativa na gestão de políticas públicas no Município de Belo Horizonte e dá outras providências.

Art. 1º – Ficam criados conselhos gestores de políticas públicas no âmbito da administração municipal, visando fomentar a participação social.

Parágrafo Único – O Poder Executivo e o Poder Legislativo devem garantir a infraestrutura de funcionamento dos conselhos, visando, a médio e longo prazo, a substituição completa do modelo de democracia representativa pelo modelo de democracia deliberativa.

Art. 2º – Os conselhos gestores de políticas públicas terão formação paritária, sendo os membros da sociedade civil organizada eleitos por seus pares, e os membros do governo indicados pelo chefe do Poder Executivo.

§1º – O presidente do conselho será indicado, dentro seus membros, pela Mesa da Câmara Municipal.

§2º – Em caso de dissenso deliberativo, o poder de decisão compete ao presidente do conselho.

Art. 3º – Para minimizar a assimetria informacional entre governo e sociedade, as informações políticas devem ser traduzidas para linguagem acessível ao cidadão e disponibilizadas pelos Poderes Legislativo e Executivo em seus sítios eletrônicos e em cartilhas distribuídas gratuitamente para a população.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.”

PARECER 01

Elabore um parecer, A FAVOR da aprovação do Projeto de Lei nº XYX/2018 com: relatório, fundamentação e conclusão. Não é necessário cabeçalho nem ementa. Atenha-se ao conhecimento técnico, abstendo-se de emitir opinião fundamentada em senso comum.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	

24	
25	

PARECER 02

Elabore um parecer, **CONTRÁRIO** à aprovação do Projeto de Lei nº **XYX/2018** com: relatório, fundamentação e conclusão. Não é necessário cabeçalho nem ementa. Atenha-se ao conhecimento técnico, abstendo-se de emitir opinião fundamentada em senso comum.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

INSTRUÇÕES

1. Somente é permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente. Todos os demais equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, deverão ser recolhidos em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação.
2. Não é permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, MP3/MP4, receptor, gravador, fone de ouvido, *pendrive*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, carteiras etc.
3. O tempo de duração da prova abrange a assinatura e a transcrição das respostas para a Folha de Respostas (gabarito) e Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva.
4. Não será permitido ao candidato realizar anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, sob pena de eliminação do concurso.
5. Com vistas à garantia da segurança, lisura e integridade do certame, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais no ingresso e na saída de sanitários durante a realização da prova. Ao término da prova o candidato deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o ingresso nos sanitários.
6. O Caderno de Provas consta de 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha e Prova Dissertativa para os cargos de nível médio e 60 (sessenta) questões objetivas de múltipla escolha para os cargos de nível superior e Prova Dissertativa para os cargos: Analista de Tecnologia da Informação (todas as especialidades), Arquivista, Coordenador do Processo Legislativo, Dentista, Engenheiro Civil, Médico Clínico e Psicólogo (todas as especialidades); Elaboração de Parecer para os cargos de Consultor Legislativo (todas as especialidades); Peça Prático-Profissional para o cargo de Procurador; e, Elaboração de Projeto de Lei para o cargo de Redator. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes na Folha de Respostas (gabarito) e Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva que lhe foram fornecidas estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.
8. Verifique se o TIPO/COR do Caderno de Provas coincide com o registrado no rodapé de cada página, assim como o TIPO/COR registrado na Folha de Respostas (gabarito). Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal para que sejam tomadas as devidas providências.
9. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o Caderno de Provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 120 (cento e vinte) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o Caderno de Provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum destes candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado o fato na Ata de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal de sala e pelo Coordenador da Unidade de provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

RESULTADOS E RECURSOS

- O gabarito oficial da prova objetiva será publicado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM/BH e disponibilizado no endereço eletrônico www.consulplan.net dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis após a realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos disporá de 3 (três) dias, a partir do dia subsequente ao da publicação oficial (Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM) das respectivas etapas, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.consulplan.net, que estará disponível das 8h00min do primeiro dia útil subsequente à publicação do ato até as 23h59min do último dia do prazo recursal (horário de Brasília).
- A interposição de recursos deverá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à inscrição do candidato, apenas no prazo recursal, à CONSULPLAN, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.consulplan.net, no *link* correspondente ao Concurso Público.